

## **A IMPORTÂNCIA DAS ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA NA TOMADA DE DECISÃO**

Cristina Carvalho Alves Lima

Edson de Souza Viana

Jane Catherine da Cruz

José Amaro da Silva

Vanderlei Ferreira de Sena

### **RESUMO**

As decisões nas organizações com propósito de ser cada vez mais assertivas fazem com que a necessidade de análises das demonstrações contábeis seja importante como ferramenta. Os demonstrativos contábeis já são vistos através de índices, como importantes meios para otimização dos lucros e análises dinâmicas e ganha espaço por evidenciarem as políticas financeiras da empresa, o histórico de obtenção de recursos, maximização de resultados e meios para tornar a gestão versátil. A Análise das Demonstrações Contábeis através do cálculo e análise dos índices econômico-financeiros facilita ao gestor a identificação dos aspectos positivos e negativos do desempenho empresarial. Este trabalho tem o objetivo de verificar de que maneira as informações derivadas da análise dos índices geram dados que auxiliam os gestores na tomada de decisões e melhorias na empresa. Os dados colhidos geram informações que embasam as análises, sendo assim, ter meios confiáveis são fundamentais para uma demonstração financeira coerente com o que realmente ocorre em dado momento. Com o objetivo de demonstrar que os estudos adequados dos índices obtidos pelas Análises das Demonstrações Contábeis, serão tanto mais eficientes quanto melhores informações produzir formando instrumentos eficazes para gerar informações que auxiliam gestores na evolução e obtenção de lucros em exercícios futuros das organizações. O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica explicativa, que consiste na análise, registro e interpretação dos estudos existentes. Este trabalho demonstra que os estudos adequados dos índices obtidos pelas Análises das Demonstrações Contábeis, são ferramentas eficazes para gerar informações que auxiliam gestores na tomada de decisão contribuindo para a evolução e obtenção de lucros em exercícios futuros das organizações.

**Palavras-chave:** Análise. Demonstrações contábeis. Tomada de decisão.

## 1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é vista e apreciada por muitos executivos, não apenas pelas conciliações, livros diários e razão ou somente como um setor burocrático e cheio de regras de uma empresa. Em tempos que decisões cada vez mais assertivas são a parte essencial de grandes negócios, as análises das demonstrações contábeis, mostram, por meio de análises avaliações antes não cogitadas. Os demonstrativos contábeis já são vistos através de índices, como importantes meios para otimização dos lucros e análises dinâmicas, e ganham espaço por evidenciarem as políticas financeiras da empresa, o histórico de obtenção de recursos, maximização de resultados e meios para tornar a gestão versátil. Os dados colhidos, geram informações que embasam as análises, sendo assim, ter meios confiáveis são fundamentais para uma demonstração financeira coerente com o que realmente ocorre em dado momento. As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente, quanto melhores informações produzir.

A importância desta pesquisa está em mostrar que as Análises das Demonstrações Contábeis é tão fundamental quanto sua elaboração, pois as informações extraídas destas demonstrações são necessárias no momento de avaliar a situação das empresas e auxiliam como ferramenta nas tomadas de decisão. Este trabalho é relevante, pois contribui para que os gestores possuam conhecimento para analisar as demonstrações contábeis e seus índices gerados de forma assertiva, possibilitando melhor visão do cenário em que a organização ocupa, com relação ao mercado e assim ser competitiva e ascendente. Assim, esta pesquisa trará, através de estudos na literatura, informações sobre a importância de Demonstrações contábeis bem elaboradas para obter diagnósticos precisos com as possíveis análises das mesmas. O estudo dos índices extraídos das análises, contribuirão para auxiliar em estudos acadêmicos e para as organizações aplicarem como ferramenta para as tomadas de decisão.

A questão proposta para este estudo tem base nas ferramentas contábeis que são exigidas para determinadas empresas, porém com sua análise se faz ainda mais importante no processo gerencial para a tomada de decisão dentro das organizações. A importância da Análise das Demonstrações Contábeis para indicar a situação econômico-financeira de uma empresa, atende aos públicos interno e externo fornecendo informações, que possibilitam afrontar elementos patrimoniais, evidenciando fatos ocorridos, estabelecendo a real situação e

possibilitando uma visão detalhada da situação das empresas. Visando a competitividade em que as organizações enfrentam, é importante que possuam uma estrutura organizacional sólida que as atribua na elaboração e análise de relatórios fiéis e condizentes com a realidade, auxiliando na tomada de decisão. Sendo assim, este trabalho irá responder a seguinte questão: A partir do conhecimento de seus índices, de que forma a Análise das Demonstrações Contábeis fornecem dados que possam auxiliar os gestores na tomada de decisão?

Este estudo tem como objetivo demonstrar que os estudos adequados dos índices obtidos pelas Análises das Demonstrações Contábeis, são instrumentos eficazes para gerar informações que auxiliam gestores de frente da tomada de decisão contribuindo para a evolução e obtenção de lucros em exercícios futuros das organizações. Deste modo, vê-se no primeiro capítulo um estudo bibliográfico sobre os conceitos das Demonstrações Contábeis, o surgimento das análises e as bases na legislação. No segundo capítulo foram apontados os métodos de análises e principais índices utilizados para obter informações na tomada de decisão dos gestores. No terceiro capítulo apresentam-se maneiras de estabelecer a alavancagem, tanto no grau operacional como financeiro.

A metodologia consiste em um conjunto de técnicas e métodos com a finalidade de se comparar a teoria com a prática, através de um estudo sobre o processo utilizado na elaboração de um projeto, tendo como objetivo averiguar as características os métodos disponíveis, sua potência, limitação ou distorção e criticar sua implicação quanto a sua utilização. O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica explicativa, que consiste na análise, registro e interpretação dos estudos existentes aprofundando o conhecimento com a realidade, buscando entender a razão dos eventos fundamentados ao conhecimento científico.

A escolha da metodologia aplicada tem por finalidade esclarecer e desenvolver conceitos através de ideias e fundamentos estudados por diferentes autores renomados e influentes ao meio contábil e que tenham destaque em obras que tragam referência a Análise das Demonstrações Contábeis como ferramenta importante ligada à gestão e a tomada de decisões das empresas., contribuindo para o desenvolvimento deste estudo, buscando apresentar as informações de maneira a poder vir ser utilizada por pessoas que buscam maiores conhecimentos no assunto aqui abordado.

## **2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **2.1. HISTÓRICO E DEFINIÇÃO DAS ANÁLISES CONTÁBEIS**

A análise das demonstrações contábeis tem seu surgimento de uma maneira mais sólida, no século XIX no momento em que banqueiros americanos começam a solicitar as demonstrações. Nesse período, as empresas que desejassem adquirir crédito em instituições financeiras, elaboravam o Balanço Patrimonial. Conforme cita Marion (2002, p. 21): “E por se exigir, de início, apenas o Balanço para a Análise é que se introduz a expressão Análise de Balanços, que perdura até nossos dias”.

Com ascendente conhecimento contábil as exigências de outros documentos começaram a surgir para que as empresas pudessem obter a aprovação de crédito, como exemplo: a Demonstração do Resultado do Exercício, que era conhecida como Balanço de Resultado e o Fluxo de Caixa, chamado como Balanço Financeiro, assim, toda documentação era conhecida como Balanço. Quando os Bancos Governamentais demonstraram interesse na situação econômico-financeira das organizações que buscavam empréstimos, o desenvolvimento da Análise das Demonstrações Financeiras, como eram conhecidas naquele momento, tiveram um crescimento contínuo em sua importância quando muitas empresas tiveram a abertura de capital, levando investidores à escolha de empresas com melhores resultados analisando-as a partir das suas demonstrações contábeis, sendo ferramenta de grande utilidade para a tomada de decisões diante de investimentos a serem realizados.

Em 1919, Alexander Wall o então considerado pai da Análise de Balanços apresentou um modelo através do estudo de índices evidenciando a necessidade em se relacionar o Ativo Circulante contra o Passivo Circulante. No ano de 1931 os índices padrão começaram a ser divulgados em diversos ramos de atividades dos Estados Unidos. No Brasil a Análise das Demonstrações Contábeis passou a ser mais fortemente utilizada a partir da década de 70 do século XX.

A Análise das Demonstrações Contábeis que advém das informações financeiras das organizações a partir de demonstrações apuradas por estas análises. Sá (1981, p.11) diz: “Analisar um balanço e as demonstrações contábeis é estudar cada parte de tais sistemas, decompondo, estabelecendo relações, para que se possam formar juízos parciais e globais sobre patrimônio e resultados.”

Sendo considerada uma técnica contábil necessária para a interpretação das demonstrações contábeis que por serem consideradas resumidas não oferecem informações sobre o estado patrimonial da empresa e das suas variações. Assim, segundo Franco (1992, p. 93): “Analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam para melhor interpretação de seus componentes.” A análise só está completa quando se possui a interpretação correta dos elementos presentes, sendo decorrente da comparação entre os componentes do conjunto ao qual fazem parte, pois analisar por si só, não se faz suficiente. É importante que se decomponha todas as partes analisadas para que se possa compará-las entre si, buscando a relação, a interpretação e a eficiência de cada elemento analisado no conjunto.

Iudicibus (2008) define análise de balanços como uma arte, pois apesar de existirem muitos cálculos já formalizados, não existe uma única maneira eficaz comprovada para relacionar os índices e obter um resultado preciso. Para Silva (2007, p. 4) a análise pode ser definida como:

[...] uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas à apuração de indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica).

Cada empresa tem suas características distintas e as análises partem de considerações gerais, mas é importante que exista cuidado ao considerar qual o ramo de atividade, as condições de giro, a dimensão, os processos de elaboração do resultado, condições econômicas e legais da empresa que será analisada.

## 2.2 USUÁRIOS DAS ANÁLISES

Os usuários que apreciam os resultados obtidos através da Análise das Demonstrações Contábeis podem ser internos, utilizando principalmente como instrumento de decisões; e externos, pessoas físicas ou jurídicas que possuam algum tipo de relacionamento com a empresa, geralmente para aquisição de financiamentos e investimentos. O que os diferencia, portanto, são que possuem diferentes objetivos a serem alcançados através dessas informações, cada usuário se atenta a detalhes específicos que os convêm para melhor obtenção de suas próprias conclusões, que geralmente são diferentes umas das outras.

Os principais usuários dessas informações e sua finalidade seguem abaixo:

Clientes: geralmente as empresas compradoras analisam seus fornecedores quando possuem uma forte dependência no fornecimento ou o mercado oferece um número pequeno de fornecedores. Para Matarazzo (2010, p.17): “Em geral ocorre análise por parte do comprador quando depende de fornecedores que não possuam o mesmo porte dele ou que possam de alguma forma oferecer riscos.”

Fornecedores: estão voltados para a liquidez da empresa, ou seja, sua capacidade de pagamento, porém buscam ainda dados sobre a rentabilidade e o endividamento além de outras informações consideradas importantes para a concessão do crédito. Para Matarazzo (2010, p.16): “A profundidade da análise do fornecedor depende da importância do cliente.”

Bancos: bancos comerciais e de investimento são os principais usuários das análises que buscam a posição de curto e longo prazo em relação endividamento, solvência, rentabilidade, entre outros. Para Matarazzo (2010, p.18): “Os bancos sabem que o grau de endividamento é forte indicador de insolvência.”

Governo: este tem a necessidade de conhecer a posição financeira dos diferentes ramos e setores de atividades para traçar a situação econômica do país. Também com interesses fiscais, para averiguar se os impostos são honrados corretamente.

Administradores: é um instrumento complementar, acompanhando e avaliando as decisões financeiras tomadas pela empresa, conseguindo verificar os resultados obtidos diante das suas políticas de investimento e financiamento. Para Matarazzo (2010, p.21): “A Análise de Balanços pode servir de guia para os dirigentes”. A análise é valiosa, pois proporciona aos seus usuários informações para que possam avaliar a situação e a solidez das empresas e baseado nisso possam tomar suas decisões.

### 2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme consta na NBC (Norma Brasileira de Contabilidade) T 19.41, aprovada pela Resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº. 1.25509, as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial e financeira das empresas através do Balanço Patrimonial (BP), apresentam o desempenho empresarial através da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração dos Fluxos de Caixa das empresas. Pode-se citar ainda dentro da NBC T 19.41 em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a utilização da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como Demonstrações Financeiras, fornecem informações valiosas sobre a situação financeira e patrimonial das empresas, sendo útil sua análise para os mais diversos usuários no momento da tomada de decisões. Para Braga (2009) as demonstrações contábeis devem ser preparadas e apresentadas para usuários externos de uma maneira geral visando suas finalidades distintas e necessidades diversas.

“Têm, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação patrimonial, econômica e financeira.” (BRAGA, 2009, p. 65).

Se o foco for elaborar demonstrações que forneçam informações úteis na tomada de decisões e avaliações para usuários em geral sem atender a finalidades e necessidades específicas, uma vez que a maioria as utiliza para tomada de decisões econômicas, as demonstrações devem ser elaboradas segundo a Estrutura Conceitual.

**Balanco Patrimonial:** Para a NBC T 19.41 o Balanço Patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica.

Esse demonstrativo é formado pelo Ativo (à esquerda) e pelo Passivo mais o Patrimônio Líquido (à direita), estes obedecem a uma equação, onde o ativo total é igual à soma do passivo com o Patrimônio Líquido. Para Iudícibus (2008), o ativo são todos os bens e direitos da empresa, avaliados em dinheiro e representantes de benefícios presentes ou futuros para a mesma. O passivo representa toda obrigação da empresa com terceiros, como contas a pagar, fornecedores, impostos a pagar, financiamento, entre outros. Juntamente com o passivo, encontra-se o Patrimônio Líquido que representa os investimentos dos proprietários mais o lucro acumulado no decorrer dos anos, que não são distribuídos.

Braga (2009) acrescenta que as contas do Ativo são dispostas em ordem decrescente de realização ou conversibilidade (grau de liquidez) e as contas do Passivo e Patrimônio Líquido em ordem decrescente de exigibilidade. O Balanço Patrimonial compreende diversos grupos aonde as contas são agregadas com o intuito de facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa.

**Demonstração de Resultado do Exercício:** Em relação à DRE, demonstração do resultado do exercício, Assaf Neto (2007), afirma que esta visa fornecer, de forma prática, os resultados da empresa, sejam eles lucros ou prejuízos, que foram obtidos pela empresa em certo período, os quais são transferidos para o patrimônio líquido.



Para Iudícibus (2010) a Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas, sendo apresentada de forma dedutiva, apresentando os aumentos e as reduções causadas no Patrimônio Líquido através das operações da empresa. Assim, a partir das receitas subtraem-se as despesas para que se possa assim indicar o resultado, lucro ou prejuízo.

Por se tratar de uma demonstração que retrata apenas o fluxo econômico é uma importante ferramenta de análise para gerar informações para a tomada de decisões, pois segundo Matarazzo (2003) todas as receitas e despesas estarão no DRE ordenadas por sua natureza, o que contribuirá de maneira significativa com informações sobre a empresa. Como apresenta os grupos de despesas de maneira evidente, fica fácil identificar em qual grupo está à maior concentração de despesas e custos. De acordo com Padoveze e Benedicto (2007), o Balanço Patrimonial e a DRE são os principais demonstrativos para análise financeira, mas existem outros relatórios que os complementam, sendo eles os inventários, demonstração de mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, notas explicativas, parecer dos auditores, entre outros.

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia qual a destinação, ou seja, para onde o Lucro Líquido foi direcionado, se é para os proprietários no formato de distribuição de lucros de dividendos ou se os mesmos ficaram na empresa em forma de aplicação. Conforme a NBC T 19.41 a DLPA apresenta: “[...] o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados para o período de divulgação”. Sendo utilizada no lugar da demonstração do resultado abrangente e da DMPL caso as únicas alterações no Patrimônio Líquido durante o período apresentado derivem de pagamento de dividendos, do resultado ou de outra forma de distribuição de lucro, correção de erros referente a períodos anteriores, e de mudanças de políticas contábeis.

Conforme Sá cita (1981, p.13): “Para fins de análise esta demonstração contábil tem por objetivo oferecer subsídios ao estudo do comportamento das acumulações e destinos dos resultados.” Conforme Assaf (2010) a DLPA demonstra o lucro líquido apurado no DRE evidenciando qual a sua destinação, promovendo a integração entre o BP e a DRE. Assim a DLPA é uma demonstração que liga outros relatórios contábeis promovendo maiores informações, nas quais os gestores podem tomar de base para suas decisões.



A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia toda e qualquer variação de todas as contas pertencentes ao Patrimônio Líquido, sendo muito mais útil e informativa. Conforme Iudícibus (2010, p. 51): “[...] a DMPL é muito mais completa e abrangente que a DLPA. É consideravelmente relevante para as empresas que movimentam constantemente as contas do Patrimônio Líquido.” Ao elaborada a DMPL, não existe necessidade de se apresentar a DLPA, pois ela está incluída na DMPL.

**Demonstração de Fluxo de Caixa:** É a principal ferramenta de gestão financeira que planeja, controla e analisa as receitas e as despesas. É uma representação gráfica e cronológica de entrada (ingressos) e saídas (desembolsos) de recursos financeiros na empresa. A partir da elaboração do fluxo de caixa, é possível verificar e planejar eventual escassez do caixa para cobrir obrigações, ou o excesso de dinheiro parado, que pode ser investido na organização.

De forma adequada ao seu porte, toda organização empresarial é movida à caixa, e é através do fluxo de caixa que se identifica exatamente o quanto está disponível para ser distribuído aos credores. A insuficiência de caixa pode determinar cortes de créditos, suspensão de entrega de mercadorias. A falta de capital de giro faz a empresa recorrer a recursos com custos financeiros elevados, podendo perder o controle sobre endividamento.

### **3. MÉTODOS DAS ANÁLISES**

As principais técnicas de análise de balanços conforme Assaf Neto (2007) são: a) Análise Horizontal: identifica a evolução dos elementos patrimoniais e de resultado ao longo de certo tempo. b) Análise Vertical: de igual modo ao da análise horizontal, verifica as tendências da organização. A diferença está na situação que a análise vertical estuda a participação relativa de cada elemento. c) Indicadores econômico-financeiros: relacionam elementos em comum das demonstrações contábeis, de maneira a extrair informações mais claras e precisas sobre a situação da organização. Existem diversos índices classificados nos grupos de liquidez, endividamento, rotatividade e rentabilidade.

#### **3.1 ANÁLISE VERTICAL**

Com relação à análise vertical, Tófoli (2012) afirma que é um estudo sobre as alterações dos principais conjuntos de contas, ao longo de um período. Ao se analisar dessa maneira, observam-se indicadores que facilitam a avaliação estrutural do Ativo e Passivo. O ativo total ou passivo total está para 100% e a conta analisada está para X%. “O primeiro propósito da análise vertical é mostrar a participação relativa de cada item de uma demonstração contábil

em relação a determinado referencial”. (SILVA, 2008, p. 204) Essa análise em períodos sucessivos pode fornecer uma base para projeção de uma demonstração de resultados. Padoveze e Benedicto (2007) afirmam que para o balanço patrimonial, usa-se como 100% o total do ativo e do passivo e para a DRE como 100% a receita operacional líquida.

Contudo, essa projeção apresenta algumas limitações, principalmente porque não leva em conta as mudanças nos custos dos insumos, nos preços de venda ou nos processos tecnológicos. Qualquer projeção baseada em dados históricos requer muito cuidado. (BEGALLI; PEREZ JR., 2009, p. 244).

### 3.2 ANÁLISE HORIZONTAL

Destacando a visão de Tófoli (2012), a abordagem é feita a partir de um conjunto de resultados consecutivos. A fórmula é a seguinte: Ano base está para 100%, assim como o analisado está para X%, menos 100%, ou ano anterior está para 100%, assim como o ano analisado está para X%, menos 100%. “O propósito da análise horizontal é permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas que compõem as demonstrações contábeis”. (SILVA, 2008, p. 210) Para Marion (2012), quando se compara os indicadores de vários períodos, é avaliada a tendência desses índices, e é definido como análise horizontal.

### 3.3 INDICADORES ECONÔMICOS

Em relação aos indicadores econômicos/financeiros, existe uma parcela grande de índices que fazem parte da análise de balanços e possuem a função de auxiliar o crescimento das organizações com as informações provenientes.

Padoveze (2006) afirma que estes são elementos representativos da análise do balanço. São cálculos realizados através das informações do Balanço Patrimonial e DRE, em busca de valores que deixem claro a situação financeira, patrimonial e rentável da organização. O objetivo é mostrar a situação da empresa e apresentar uma ideia sobre o que pode acontecer futuramente com a mesma.

Os índices de liquidez servem para avaliar a capacidade de pagamento da organização. Para Tófoli (2012), quanto maior o resultado dos índices, melhor, pois assim maior apresenta sua folga financeira. Iudícibus (2008) acrescenta que, a análise da liquidez e rentabilidade se complementam, pois o índice de rentabilidade influencia o de liquidez. “Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros”. (ASSAF NETO, 36 2007, p. 189).

Conforme Tófoli (2012), esse índice indica a saúde financeira da organização em longo prazo. Para Silva (2008) indica o quanto a empresa possui de recursos a curto e longo prazo para fazer face às suas dívidas totais.

Marion (2012) afirma que como os demais índices, o ILG não deve ser estudado de forma isolada, pois talvez em certo momento, a empresa adquira um determinado financiamento e o invista totalmente em seu ativo permanente, sendo assim haverá uma redução do índice, pois aumentará seu exigível a longo prazo, mas não aumentará o AC e o RLP. No entanto, após algum tempo, seu permanente irá gerar receita, aumentando seu AC e assim consequentemente melhorará sua capacidade de pagamento.

Conforme Tófoli (2012), esse índice mostra a relação direta entre bens e direitos de curto prazo e as obrigações de curto prazo. Assaf Neto (2007) afirma que, a liquidez corrente representa o quanto existe de ativo circulante para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo.

Assim, se o ILC for superior a 1 ( $> 100\%$ ) indica a existência de capital de giro líquido positivo; se igual a 1, inexistência de CGL e se inferior a 1 ( $<100\%$ ) a existência de capital de giro líquido negativo. Em princípio, quanto maior, melhor (TÓFOLI, 2012, p. 67)

O índice de liquidez seca indica quanto a empresa possui em disponibilidades (dinheiro, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras de liquidez imediata), aplicações financeiras a curto prazo e duplicatas a receber, para fazer face a seu passivo circulante (SILVA, 2008, p. 289).

Tófoli (2012) afirma que, esse índice mede a capacidade da organização pagar seus compromissos de curto prazo, sem levar em conta a venda de estoques e os valores destinados para despesas antecipadas. Essa exclusão do estoque se deve ao fato de que na maioria das vezes, para transformar o estoque em dinheiro, é um processo mais demorado. E em relação às despesas antecipadas, é uma conta excluída, pois esses valores não se converterão em numerários.

Marion (2012), afirma que o índice de liquidez imediata está relacionado à capacidade da empresa em saldar suas dívidas de curto prazo com o disponível no momento. Tófoli (2012) complementa ao afirmar que, este representa quanto das dívidas de curto prazo podem ser quitadas imediatamente.

Os índices de endividamento são considerados também como índices de estrutura de capital. Silva (2008), afirma que a estrutura de capital de uma organização abrange a procedência de

seus financiamentos. Todos os fundos aplicados em ativos são decorrentes dos proprietários da organização ou de terceiros. Conforme Marion (2012), os indicadores de endividamento informam se a empresa utiliza mais recursos de terceiros ou próprios. Através dos índices, é possível obter informações se os recursos de terceiros têm seu vencimento a longo ou curto prazo.

Esse índice, conforme Tófoli (2012) representa o quanto à empresa usou de capital de terceiros para cada unidade do capital próprio. É um índice que quanto menor, melhor. Conforme Iudícibus (2008), o índice representa qual a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros  $IPCT = \text{Capital de terceiros} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$  ou  $IPCT = \text{Exigível total} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$ .

Do ponto de vista financeiro, quanto maior a relação dos capitais de terceiros com o patrimônio líquido, menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses terceiros. Do ponto de vista da obtenção do lucro, pode ser vantajoso para a empresa trabalhar com capitais de terceiros se a remuneração paga a esses recursos for menor que o lucro conseguido com sua aplicação no negócio. (TÓFOLI, 2012, p. 63).

O enfoque do índice de endividamento geral é avaliar se a empresa está operando com dívidas de terceiros em excesso, e o risco do negócio. Para Tófoli (2012) indica a dependência dos recursos de terceiros para financiamento do ativo.

Para Padoveze e Benedicto (2007), esse índice verifica qual a possibilidade de no futuro, caso a organização interrompa suas operações, desta garantir todas as suas dívidas com os próprios recursos.

Conforme Tófoli (2012), esse índice mostra a dependência de recursos de terceiros de curto prazo para financiar o ativo da organização. Quanto menor, melhor. Ele avalia a quantidade de dívidas a curto prazo que a empresa está tomando para si, pois apesar de geralmente serem menos onerosas, devem ser pagas a curto prazo.

Esse índice tem como objetivo, avaliar se suas dívidas a longo prazo não são excessivas.

Os índices de rentabilidade demonstram o quanto renderam os investimentos realizados pela empresa. Conforme Tófoli (2012) lembra, toda empresa tem como um de seus objetivos, aumentar o valor atual da riqueza de seus sócios, portanto, faz se necessário existir rentabilidade. “É uma avaliação econômica do desempenho da empresa, dimensionando o

retorno sobre os investimentos realizados e a lucratividade apresentada pelas vendas”. (ASSAF NETO, 2007, p. 59)

Conforme Tófoli (2012) representa qual o percentual de lucro bruto em comparação às vendas líquidas. Begalli e Perez Junior (2009) complementam afirmando, que a margem bruta é a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das vendas.

De acordo com Tófoli (2012), indica qual a porcentagem de lucro antes das despesas financeiras e impostos sobre as vendas líquidas, ou como afirmam Begalli e Perez Junior (2009), é o percentual que o lucro operacional corresponde das vendas líquidas.

Segundo Tófoli (2012) é a representação do lucro líquido sobre as vendas líquidas em determinado período. Begalli e Perez Junior (2009) descrevem que esse índice indica a capacidade da organização gerar lucro comparando à receita líquida de vendas.

Tófoli (2012) indica o retorno dos recursos aplicados na organização pelos seus acionistas, ou seja, o percentual de lucro adquiridos pelos sócios. De uma forma mais clara, representa o rendimento de cada real investido na empresa.

Tófoli (2012) afirma que, esse índice representa o retorno obtido pelas atividades realizadas pela empresa em seus ativos. Conforme Begalli e Perez Junior (2009) quanto maior esse índice, melhor. Ele indica o rendimento de cada real investido na organização.

$ROA = LL / \text{Ativo Total}$

De acordo com Tófoli (2012), este indicador é referente ao retorno sobre os recursos levantados pela empresa e aplicados em seus negócios. O investimento corresponde aos recursos onerosos, ou seja, empréstimos e financiamentos, somados os recursos próprios da empresa.

## **4 CAPITAL DE GIRO E ALAVANCAGEM**

### **4.1 CAPITAL DE GIRO**

O capital de giro é uma ferramenta financeira muito importante que proporciona um melhor desempenho dos negócios para financiar as necessidades operacionais de uma empresa, no ciclo operacional. De acordo com Tófoli (2012), o capital de giro pode variar de acordo com os três fatores: vendas, política de créditos e estoque. Quando ele aumenta devido ao crescimento das vendas é um fato normal, afinal este é o objetivo da empresa vender. Mas, quando o aumento do capital de giro é causado pelo aumento de estoque ou de valores a

receber, isso aumentando sem correspondente crescimento das vendas, pode-se dizer que a empresa está com uma estratégia inadequada.

Assim, é de extrema importância que o capital de giro seja administrado de forma que não sejam mantidos estoques em excesso, pois, com certeza, vão gerar custos desnecessários para mantê-los. A necessidade de capital de giro é o montante que a empresa precisa para financiar as suas operações, isto é, o valor que ela possui de recursos seja o suficiente para saldar suas dívidas e honrar com seus compromissos no vencimento e ainda assegurar o excedente para a segurança da liquidez. Essa necessidade pode ser estimada com a necessidade de capital de giro, com base no ciclo caixa (ou financeiro) ou ainda utilizando de demonstrativos contábeis. (TÓFOLI, 2012).

Assaf Neto (2008) diz que: utilizando-se de fundos de curto prazo para financiar suas necessidades de capital de giro, a empresa, para manter sua posição de liquidez, assume maior dependência pela renovação desses passivos, expondo a saúde da empresa e elevando seu risco financeiro. Um índice usado para identificar a necessidade de capital é o de Necessidade de Capital de Giro (NCG), que pode ser interpretado de várias formas, umas delas:

$$\text{NCG} = \text{Ativo Circulante Operacional (ACO)} - \text{Passivo Circulante Operacional (PCO)}.$$

Segundo Tófoli (2012), pode ser calculado através da seguinte fórmula:  $\text{NCG} = \text{Capital circulante líquido} - (\text{ACO} - \text{PCO})$ .

Ainda, para Tófoli (2012), considerar que quando a empresa apresentar  $\text{CCL} > \text{NCG}$ , terá saldo de tesouraria  $> 0$ , assim apresentará uma situação sólida, ou seja, dispõe de fundos de curto prazo e, quando  $\text{CCL} < \text{NCG}$ , terá saldo de tesouraria  $< 0$ , assim o saldo de tesouraria negativo significa que a empresa recorre a empréstimos de curto prazo.

O capital de terceiros proveniente de instituições como bancos, fornecedores e credores, ou seja, são recursos externos à entidade. Pode-se observar que um valor alto de capital de terceiros, sem uma boa administração, tem também um risco muito alto nos resultados da empresa. Estima-se que quanto mais capital de terceiros ela apresentar, mais deve e menos tem de capital próprio. A empresa deve aplicá-lo, minimamente para trazer retorno para pagamento desses dividendos produzidos pela captação (GITMAN, 1997).

Para Lemes Junior, Rigo e Cherobim (2005), os capitais de terceiros são representados pelo endividamento da empresa. Pertencem a terceiros e são utilizados por períodos de tempo definidos, justificando por isso o pagamento de encargos financeiros, que seriam uma espécie

de aluguel por sua utilização. Então, as fontes de recursos de curto prazo utilizadas para financiar o capital de giro das empresas negociadas estão divididas em duas categorias: crédito comercial, que decorre de condições negociadas entre a empresa e seus fornecedores de materiais e serviços; e crédito bancário, que é a captação de recursos através de operações de empréstimo e pode ser feita junto a bancos comerciais, sociedades de crédito, financeiras e bancos de investimentos (LEMES JUNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2005).

Assaf Neto (2008), afirma que risco e retorno estão ligados pelo fato de que o risco a ser assumido, depende do retorno esperado. É natural esperar que, quanto maior o risco assumido, maior seja o retorno, pois, de acordo com o retorno visado, mais recursos serão necessários e, conseqüentemente, o aumento do risco é proporcional. Hoji (2004, p. 231) complementa: “Tudo o que é decidido hoje, visando a um resultado no futuro, está sujeito a algum grau de risco. Somente o que já aconteceu está livre de risco, pois é um fato consumado”.

Ainda segundo Assaf Neto (2008) p. 215

A ideia de risco, de forma mais específica, está diretamente associada às probabilidades de ocorrência de determinados resultados em relação a um valor médio esperado. É um conceito voltado para o futuro, revelando uma possibilidade de perda.

Diante disso, o risco em seu sentido fundamental pode ser definido como a possibilidade de prejuízos financeiros, ou seja, é visto como um fator negativo num investimento. O risco sempre irá existir em qualquer investimento, cabe ao administrador buscar reduzi-lo ao máximo, e uma possível forma para a redução é através de um plano de negócio, que auxilia na aquisição de capital de terceiros e na tomada de decisões.

#### 4.2 GRAU DE ALAVANCAGEM

Quando uma empresa aplica o processo de alavancagem, busca um retorno, que seja, no mínimo, suficiente para saldar as dívidas adquiridas durante o processo. A probabilidade de o retorno ser menor que o esperado é chamado de risco e esse fator é proporcional ao grau de alavancagem, ou seja, quanto maior a alavancagem, maior o risco, e assim o retorno esperado. Segundo Gitman (2002), alavancagem é um processo utilizado na administração para elevar os resultados da empresa, é a utilização de recursos próprios ou de terceiros a um custo fixo, com o objetivo de aumentar os retornos dos sócios. As oscilações nas alavancagens geram variações nos retornos e nos riscos.



Utilizam-se três tipos de alavancagens: alavancagem operacional, financeira, e combinada ou total. Ambas possuem o mesmo objetivo, mas a forma com que atingem este objetivo é que difere uma da outra. (TÓFOLI, 2012). Segundo Hoji (2004), a forma de medição da alavancagem é através do seu grau, que mostra o quanto a empresa comportou-se numericamente. O grau de alavancagem operacional (GAO) mede o quanto ela obteve de resultados em números relacionados à parte operacional. Assim como o grau de alavancagem financeira (GAF) mede o quanto a organização obteve de resultados financeiros.

Para Assaf Neto e Lima (2011), o grau de alavancagem financeira depende da relação capital de terceiros/capital próprio e do diferencial de taxas de captação e aplicação de recursos, além do próprio desempenho operacional da empresa. Tófoli (2012) destaca que a empresa, ao usar recursos de terceiros com um custo fixo para aumentar os lucros dos sócios ou acionistas, aplica o princípio de alavancagem.

Assim, o GAF será igual a 1. Fórmula de alavancagem financeira, indicando um elemento multiplicador:  $GAF = \text{Lop} / (\text{Lop} - \text{DESPESAS FINANCEIRAS})$  ou  $GAF = \text{Lop} / (\text{Lop} - \text{DF})$

Este indicador pode ser obtido de outra forma, de acordo com Hoji (2004), o grau de alavancagem é um importante instrumento de gestão financeira e é calculado da seguinte forma:

$$GAF = RPL/RAT$$

RPL: Retorno do patrimônio líquido. RAT: Retorno do ativo.

Quando a empresa apresentar:

- a)  $GAF = 1$  Alavancagem financeira nula.
- b)  $GAF > 1$  Alavancagem financeira Favorável.
- c)  $GAF < 1$  Alavancagem financeira desfavorável.

Para Hoji (2004), quando a empresa possuir  $GAF = 1$  e a alavancagem for nula, significa que a empresa não utiliza capital de terceiros,  $GAF > 1$ , o capital de terceiros está valorizando o patrimônio líquido e  $GAF < 1$ , a alavancagem foi desfavorável, não trazendo retorno para a empresa.

A alavancagem operacional se refere à relação entre receitas de vendas da empresa e lucros antes de juros e impostos de renda (LAJIR). A alavancagem financeira se refere a relação entre LAJIR e o lucro das ações ordinárias. E a alavancagem total se refere a relação existente entre a receita de vendas da organização e o lucro por ação (GITMAN, 2002).

Segundo Hoji (2004), a alavancagem financeira ocorre quando o capital de terceiros produz efeitos sobre o patrimônio líquido da empresa e como o capital de terceiros se utiliza de uma alavanca, para produzir efeitos sobre o patrimônio líquido, podendo os mesmos serem positivos ou negativos.

Tófoli (2012) afirma: O retorno sobre o capital próprio (Lucro líquido / Patrimônio líquido) deve ser superior ao retorno sobre o ativo total (LAJIR / Ativo total) devido ao uso de capitais de terceiros para financiar parte do ativo. Além disso, esse retorno sobre o capital próprio deve ser superior ao custo que a empresa paga pelo uso do capital de terceiros obtido. Um recurso captado a 15% ao ano deve proporcionar um lucro operacional superior a essa taxa, ou seja, o retorno do ativo deve ser maior que 15% sob pena de empresa experimentar sérias consequências.

Assim, usar os recursos (de terceiros) a custo fixo para multiplicar o lucro dos acionistas é o princípio da alavancagem financeira. (TÓFOLI, 2012, p. 167.).

Ainda conforme Tófoli (2012), o processo de alavancagem trata da relação existente entre as receitas e os lucros antes dos juros. O crescimento de X% das vendas não resulta nos mesmos X% no crescimento do lucro, dada a existência de custos fixos e custos variáveis na composição dos resultados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho demonstra que os estudos adequados dos índices obtidos pelas Análises das Demonstrações Contábeis, são ferramentas eficazes para gerar informações que auxiliam gestores na tomada de decisão contribuindo para a evolução e obtenção de lucros em exercícios futuros das organizações. Nota-se que desde o surgimento das demonstrações e a necessidade das análises somente evoluiu, e são geradas a partir do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e outras demonstrações obrigatórias.

Os métodos utilizados para analisar as demonstrações Contábeis são variados e pode-se citar a Análise Vertical e Horizontal que avaliam um percentual do total de cada item analisado, além dos indicadores financeiros e econômicos também utilizados para obtenção de informações na tomada de decisão dos gestores.

É importante observar que as análises das demonstrações contábeis, são necessárias para ter melhor visão sobre a situação em que se encontra a organização e saber como impulsionar o

negócio, por isso o capital de giro e grau de alavancagem são tratados neste estudo e também são usados como ferramenta nas tomadas de decisão.

## **REFERÊNCIAS**

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Curso de administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BEGALLI, G. A.; PEREZ JR., J. H. Elaboração e análise das demonstrações contábeis .4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHEROBIM, A. P. M. S.; LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas trabalhistas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 26 (R1) – apresentação das demonstrações contábeis. CPC.Org – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Brasília-DF, 02 dez. 2011.

FRANCO, Hilário. Estrutura, análise e interpretação de balanços. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. São Paulo: Harbra, 1997.

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

HOJI, Masakazu. Administração Financeira – Uma Abordagem Prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S. Análise de balanços. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis. 7. ed. São Paulo, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, D. C. Análise financeiras de balanços: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. Análise das demonstrações financeiras. 2 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

SÁ, A. M. Lopes de. Análise de balanços e demonstrações contábeis. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1981.

SILVA, Alexandre A. da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, J. P. Análise financeira das empresas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TÓFOLI, I. Administração financeira empresarial. São José do Rio Preto: Raízes, 2012.